

Esclarecimento — acerca do texto de José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida

A propósito do texto de José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida inserto no presente número da *Análise Social* em que é feita uma acusação de plágio ao ensaio «Da reconciliação à queda da monarquia» publicado no vol. II da obra *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, cum-pre-me proceder a alguns esclarecimentos.

Apesar de se tratar de um texto conjunto, escrito em 1987, os diversos pontos que o compõem são, cada um de *per si*, da exclusiva responsabilidade de um dos autores. Assim, são da minha autoria os seguintes pontos: «Introdução», pp. 13 a 20; «O ultimato e o 31 de Janeiro», pp. 67 a 77; «Última fase do rotativismo», pp. 77 a 84; «Tentativas autoritárias e agonia do regime», pp. 85 a 88; «O franquismo», pp. 88 a 91; «Evolução do republicanismo», pp. 91 a 100.

Como facilmente se depreende pela leitura dos títulos, estes pontos não se inserem nas temáticas dos trabalhos de José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, pelo que não têm, nem poderiam ter, qualquer semelhança de conteúdo ou de forma com os textos destes autores. Pelo facto de as temáticas serem diversas, não consultei, na elaboração do meu trabalho, nenhuma obra dos referidos autores e, não a consultando, como é evidente, não a registei na bibliografia. Para meu espanto, porém, verifiquei que na «colagem» de excertos a que procederam José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida para fundamentarem a sua acusação de plágio aparece, no n.º 9, uma pequena frase, retirada da p. 93 do ponto «Evolução do republicanismo», da minha autoria, na qual faço referência às alianças eleitorais do PRP. Sobre este assunto quero esclarecer o seguinte: por um lado, as afirmações que faço reportam-se a factos históricos do conhecimento geral, e não à sua interpretação; por outro lado, José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida «esqueceram-se» de verificar que as minhas afirmações são precedidas de um quadro (p. 92), *inteiramente elaborado por mim*, no qual estão registados todos os actos eleitorais entre Outubro de 1878 (em que

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

um deputado republicano — Rodrigues de Freitas — foi, pela primeira vez, eleito pelo círculo do Porto) e Agosto de 1910 (último acto eleitoral da monarquia), com a indicação do número de deputados republicanos eleitos e dos respectivos círculos. Para a elaboração deste quadro compulsei diversas fontes, com incidência especial no jornal *O Século*, o que me levou ao conhecimento das alianças estabelecidas pelo PRP em 1890, 1900 e 1901, como facilmente qualquer leitor, medianamente atento, pode concluir.

Pelo exposto, rejeito qualquer acusação de plágio nos pontos do texto do *Portugal Contemporâneo* atrás referidos como da minha autoria e agradeço à direcção da *Análise Social* a possibilidade de resposta que me foi conferida.

Lisboa, 25 de Junho de 1995.